



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0000419-98.2015.8.24.0600  
Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária  
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina  
Requerido: Juízo de Direito da Unidade Judiciária de Cooperação da comarca de Biguaçu

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 7/2015-CGJ  
Período da correição: de 20 de abril a 19 de junho de 2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern  
Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta  
Assessor Jurídico: Filipi Bruder



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística e dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Biguaçu

Unidade: Unidade Judiciária de Cooperação

Municípios integrantes: Biguaçu, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos

Juíza titular: Luciana Santos da Silva

Chefe de cartório: Kelly Adam

Última correição por equipe da CGJ/SC: (4-10-2012 a 21-11-2012)  
(0013073-25.2012.8.24.0600)

Competência: Resolução n. 20/2011-TJ: "[...] Art. 7º Compete ao Juiz de Direito da Unidade Judiciária de Cooperação da comarca de Biguaçu: I - processar e julgar: a) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); b) as ações cíveis de alimentos (Lei n. 5.478, de 25 de julho de 1968) e suas respectivas execuções; c) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); e d) as ações cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), e os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), aforados pelo Escritório de Atendimento Jurídico da Univali, *campus* de Biguaçu. II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.

Entrância: final

Data da instalação: 23-12-1999

Observações:



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

Indicador		Valor	
<b>1.1.1</b>	<b>Processos em andamento + procedimentos em andamento</b>	<b>1.889</b>	
1.1.2	Processos em andamento	1.341	
1.1.3	Procedimentos em andamento	548	
<b>1.1.4</b>	<b>Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias</b>	<b>54</b>	
<b>1.1.4.1</b>	<b>Família - Processo</b>		
1.1.4.1.1	Ag. Audiência	2	
1.1.4.1.2	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.1.4.1.3	Ag. Prisão	3	
1.1.4.1.4	Escrivão	1	
<b>1.1.4.2</b>	<b>Juizado Especial Cível - Processo</b>		
1.1.4.2.1	Ag. Audiência	3	
1.1.4.2.2	Cumprir Audiência	8	
1.1.4.2.3	Recebido do Juiz - Despacho	18	
<b>1.1.4.3</b>	<b>Juizado Especial Criminal - Processo</b>		
1.1.4.3.1	Ag. Audiência	2	
1.1.4.3.2	Cumprir Audiência	2	
1.1.4.3.3	Remetidos à Delegacia de Polícia	9	
	Indicador	Valor	
<b>1.1.5</b>	<b>Outros setores</b>	<b>Total</b>	<b>+ 100 dias</b>
1.1.5.1	Serviço Social	3	1
1.1.5.2	Distribuição	29	2
1.1.5.3	Contadoria	2	0
1.1.5.4	Ministério Público	96	0



1.1.6	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 13-8-2015 (fls. 47-48).</p> <p>b) O SAJ5 foi instalado na unidade em julho/2013.</p> <p>c) Realizada amostragem de 5 (cinco) processos na fila "Ag. Prazo" (0302407-17.2015.8.24.0007, 0800411-92.2013.8.24.0007, 0301371-71.2014.8.24.0007, 0302131-83.2015.8.24.0007 e 0002197-39.2015.8.24.0007) não foram encontradas irregularidades.</p> <p>d) Realizada amostragem na fila "Arquivado Definitivamente" verificou-se que todos os processos analisados possuem decisão determinando o arquivamento (0303451-08.2014.8.24.0007, 0301283-96.2015.8.24.0007, 0303445-98.2014.8.24.0007, 0300263-70.2015.8.24.0007 e 0301919-96.2014.8.24.0007).</p> <p>e) Realizada amostragem na fila "Suspenso" verificou-se que todos os processos analisados possuem decisão determinando a suspensão (0804366-34.2013.8.24.0007, 0300539-04.2015.8.24.0007, 0301402-91.2014.8.24.0007, 0301266-60.2015.8.24.0007 e 0003589-82.2013.8.24.0007).</p> <p>f) Realizada amostragem na fila "Ag. Audiência" (0301636-39.2015.8.24.0007, 0301616-48.2015.8.24.0007, 0301611-26.2015.8.24.0007, 0301609-56.2015.8.24.0007 e 0301601-79.2015.8.24.0007) não foram encontradas irregularidades.</p>



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
<b>1.2.1</b>	<b>Processos em andamento + procedimentos em andamento</b>		<b>2.825</b>
1.2.2	Processos em andamento	2.218	
1.2.3	Procedimentos em andamento	607	
<b>1.2.4</b>	<b>Processos sem movimento há mais de 180 dias</b>	<b>38</b>	
1.2.5	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015 (fl. 49).

### PROCESSOS EM CARGA

	Indicador		Valor
<b>1.2.6</b>	<b>Quantidade total de processos em carga</b>		<b>227</b>
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	8	0
1.2.8	Juíza (Luciana Santos da Silva)	168	7
1.2.9	Ministério Público	27	0
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.10	Advogado	23	4
1.2.11	Delegacia de Polícia	1	1
1.2.12	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: julho de 2015 (fl. 50).

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.13	Quantidade total de processos com o juiz	182	168	350

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.14	Janeiro a dezembro de 2013	5.184	432
1.2.15	Janeiro a dezembro de 2014	1.928	161
1.2.16	Janeiro a julho de 2015	1.151	164
1.2.17	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	5	8
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	2
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		3	6
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		0	15
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		2	1
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		1	0
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	14	6
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 16-4-2015 (fls. 11-15). b) Segunda verificação em 13-8-2015 (fls. 51-56). b.1) Itens 1.3.1, 1.3.3 e 1.3.6: todos os registros encontrados na segunda verificação são novos. c) Orienta-se que a chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	1	1	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	14	3	13	1
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	37	23	43	35
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	9	5	4	2
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	86	0	97	43
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	26	17	39	31
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	5	4	35	1
1.3.11.8	Cartório - arquivar	43	14	174	161
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	0	0	0	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	58	2	22	1
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	6	2	2	2
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	7	0	8	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	189	95	133	80
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	103	48	68	17
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	30	3	11	4
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	23	13	7	2
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 16-4-2015.				
	b) Segunda verificação em 13-8-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				
	d) Item 1.3.11.11: Os relatórios dos processos localizados "Cartório – escaninho do juiz" estão juntados às fls. 16-17 e 57.				





#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	46	4
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		81	19
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		2	2
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		131	80
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	x	0
		Definitivo		6	2
1.4.7.1	Réu preso - total			6	2



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2015)		4.353	490	
	Petição intermediária		277	120	
	Peticionamento eletrônico		5	0	
	Mandados		27	24	
	AR		96	79	
	Execução de sentença		3	1	
	Incidente processual		0	0	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	143	137	
	Pauta de audiências		5	1	
	Carga		54	8	
	Cartas recebidas		25	0	
	Processo		66	0	
	Recurso		0	0	
	Usuário		3.652	120	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			1	0
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			5	4
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			127	125
1.4.12	Observações				
a) Primeira verificação em 16-4-2015, itens 1.4.1 a 1.4.11 (fls. 18-29).					
a.1) Item 1.4.9: o processo apresenta registro de local físico "sala de arquivo".					
b) Segunda verificação em 13-8-2015, itens 1.4.1 a 1.4.11 (fls. 58-67).					



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	-	19
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2014, 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2010 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011, nos Juizados Especiais.		-	51
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		-	1
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2014, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2011.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		10	10
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 16-4-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.1 a 1.5.3: na primeira verificação não foi possível extrair os relatórios em razão de inconsistência nos respectivos sistemas.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6 (fl. 30).</p> <p>b) Segunda verificação em 13-8-2015.</p> <p>b.1) Item 1.5.1 referente ao mês de junho/2015 (fl. 70).</p> <p>b.2) Itens 1.5.2 e 1.5.3: dados do mês de junho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ (fls. 72-74).</p> <p>b.3) Item 1.5.5: O relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6 (fl. 75).</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 17-4-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 2-3-2015 (fl. 33). a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) – fls. 31-32: foram encontrados 61 registros de processos e 80 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há 108 processos cadastrados. Realizada amostragem em 10 processos, verificou-se que 2 não possuíam cadastro no SNBA (0004687-05.2013.8.24.0007 e 0000302-77.2014.8.24.0007). b) Segunda verificação em 13-8-2015. b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 22-7-2015 (fl. 76). b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) – fls. 77-78: foram encontrados 83 registros de processos e 117 registros de bens no sistema. Em consulta ao SNBA, verificou-se que os processos indicados no item a.2 foram devidamente cadastrados pela unidade. Nesta data, realizada amostragem em outros 10 processos, verificou-se que 3 não possuem cadastro no SNBA (0002193-70.2013.8.24.0007, 0001263-52.2013.8.24.0007 e 0003217-36.2013.8.24.0007).		



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística e Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2016.

Débora Zitta  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Filipi Bruder  
Assessor Jurídico - Mat. 40.187